



PARECER PRÉVIO Nº 73/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12057/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Jutai.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Pedro Macario Barboza - Prefeito Municipal.
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5890/2022-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Jutai. Exercício de 2020.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "A" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** da Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de **Jutai**, referente ao **exercício de 2020**, de responsabilidade do **Sr. Pedro Macário Barboza**, Prefeito e ordenador de despesas, à época, nos termos do art. 31, §§ 1º e 2º, da CRFB/88 c/c o art. 127 da Constituição do Estado do Amazonas, art. 18, I, da Lei Complementar nº 06/91 e art. 1º, I, e art. 29 da Lei nº 2.432/96, e art. 3º da Resolução TCE nº 09/87;

- 11- **Ata:** 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 6 de Junho de 2023.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.
- 14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.



PARECER PRÉVIO Nº 73/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em substituição

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro Relator

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO

Conselheiro

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA

Conselheiro

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 73/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 73/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 12057/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Jutai.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Pedro Macario Barboza (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5890/2022-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Jutai. Exercício de 2020.

Recomendação. Encaminhamento. Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "A" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Recomendar à atual gestão da Prefeitura Municipal de Jutai:

- 15- O cumprimento de prazos de envio ao TCE/AM e de publicação, inclusive no Portal da Transparência, do RREO (bimestral) e do RGF (semestral ou quadrimestral);
- 16- O cumprimento de prazo e o envio (mensal e anual) de todos os documentos requeridos nas Prestações de Contas Mensais e Anual, conforme normativos desta Corte de Contas;
- 17- A manutenção do Portal da Transparência atualizado, com divulgação em tempo real das informações de interesse coletivo ou geral, conforme dispõe o art. 8º, §§ 2º e 4º, da Lei nº 12.527/2012;
- 18- A realização da adequada classificação das contas de acordo com o Plano de Contas contábeis;
- 19- A elaboração do cálculo do limite mínimo constitucional em MDE e do cálculo de gastos com profissionais do magistério de acordo com o demonstrativo padronizado da Resolução nº 11/2012-TCE/AM, cujo preenchimento deve observar o disposto na Resolução nº 01/2017-TCE/AM;
- 20- A obediência aos percentuais máximos de gastos com pessoal



ACÓRDÃO Nº 73/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 73/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

estabelecidos no art. 169 da CRFB/88 c/c art. 20, III, B, da LC nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

- 10.2. Encaminhar** após a sua devida publicação, este Parecer Prévio, acompanhado deste Voto e de cópia integral deste Processo à **Câmara Municipal de Jutai**, para que, exercendo a competência que lhe é fixada pelo art. 127 e parágrafos, da Constituição do Estado do Amazonas, realize o julgamento das referidas Contas, observando, sobretudo, o seguinte (parágrafos quinto, sexto e sétimo do art. 127 da Constituição do Estado):

O julgamento das Contas da Prefeitura Municipal pela Câmara de Vereadores se dará no prazo de sessenta dias, após a publicação no Diário Oficial do Estado do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou, estando a Câmara em recesso, até o sexagésimo dia do início da sessão legislativa seguinte. Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara Municipal, as contas juntamente com o parecer do Tribunal serão incluídos na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que ultime a votação.

- 10.3. Determinar à Secretaria de Controle Externo - SECEX**, que adote providências quanto à **autuação de processo autônomo**, na espécie **Fiscalização de Atos de Gestão**, transferindo aos novos autos a documentação analisada nesta Prestação de Contas, visto que os achados de auditoria e as restrições identificadas pela DICOP, e DICAMI, podem ensejar a submissão do responsável pelas Contas ao poder sancionador deste TCE/AM, conforme competência prevista no art. 71, VIII, IX, X, XI e §1º da CRFB/88 e no art. 40, VII, VIII, IX, da Constituição do Estado do Amazonas; quais sejam:

4.1. Restrições identificadas pela DICOP (Relatório Conclusivo nº 98/2022-DICOP):

- Quanto à Carta Convite nº 011/2020 – Contrato nº 026/2020:

Restrição 5.1.2: Portaria designando os responsáveis pela fiscalização do contrato ou documento equivalente (Art. 58, III, e art. 67 a 70 e 112 da Lei 8.666/93);

- Quanto ao Termo de Convite nº 013/2020:

Restrição 5.2.2: Portaria designando os responsáveis pela



ACÓRDÃO Nº 73/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 73/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

fiscalização do contrato ou documento equivalente (Art. 58, III, e art. 67 a 70 e 112 da Lei 8.666/93);

- Quanto ao Termo de Convite nº 045/2020 – Contrato nº 045/2020:

Restrição 5.3.1: Portaria designando os responsáveis pela fiscalização do contrato ou documento equivalente (Art. 58, III, e art. 67 a 70 e 112 da Lei 8.666/93);

- Quanto à Carta Convite nº 030/2020 – Contrato nº 030/2020:

Restrição 5.4.1: Portaria designando os responsáveis pela fiscalização do contrato ou documento equivalente (Art. 58, III, e art. 67 a 70 e 112 da Lei 8.666/93);

- Quanto à Carta Convite nº 028/2020 – Contrato nº 043/2020

Restrição 5.5.1: Portaria designando os responsáveis pela fiscalização do contrato ou documento equivalente (Art. 58, III, e art. 67 a 70 e 112 da Lei 8.666/93);

Restrição 5.5.3: Ausência da ficha financeira com as respectivas medições e pagamentos à contratada (art. 67 da Lei 8.666/93);

4.2. Restrições identificadas pela DICAMI (Relatório Conclusivo nº 183/2022-DICAMI):

Restrição nº 11: Justificar o controle de Almoxarifado funcionando de forma ineficiente, pois o controle de materiais registra apenas a saída de objetos, não atualizando o saldo de material remanescente, em descumprimento com o princípio da eficiência (art. 37 da CF/88) e arts. 94, 95 e 96 da Lei nº 4.320/64;

Restrição nº 12: Ausência do Inventário dos Bens Patrimoniais existentes na Prefeitura Municipal, como também, a inexistência de um departamento e/ou servidor responsável pela guarda dos Bens Patrimoniais, descumprindo o previsto nos artigos 94, 95 e 96 da Lei nº 4.320/64;

Restrição nº 13: Ausência de registro analítico de todos os bens de caráter permanente da Prefeitura Municipal de Jutai, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis, conforme determina o artigo 94 da Lei nº 4.320/64;

Restrição nº 16: Das Cartas Convite nº 19/2020, 27/2020 e 29/2020, foram apuradas as seguintes restrições: a)



ACÓRDÃO Nº 73/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 73/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

Ausência da indicação de recursos orçamentários (art. 38, caput, da Lei nº 8666/93); b) Ausência de Parecer Técnico ou Jurídico devidamente assinado (art. 38, VI, da Lei nº 8666/93); c) Ausência da publicação na Imprensa Oficial da Homologação e Adjudicação; d) Ausência de atesto de recebimento de material/serviço, uma vez que o não controle de entrada e saída destes materiais está em desacordo com o que dispõe o art. 63, § 2º, inciso III, da Lei nº 4.320/64.

10.4. Dar ciência ao Sr. Pedro Macario Barboza, acerca do Parecer Prévio, para que tome as medidas que entender cabíveis, remetendo-lhe cópia deste Relatório/Voto e do sequente Acórdão;

10.5. Arquivar o processo, após cumprimento integral do decisório.

11- Ata: 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 6 de Junho de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público: Dr. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral